

## ÍNDICE

Nota prévia. . . . .	7
Prefácio. . . . .	9
Modo de citar . . . . .	15
Lista de abreviaturas . . . . .	19
Resumo. . . . .	23
Plano de exposição . . . . .	27
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>A natureza jurídica da arbitragem . . . . .</b>	<b>35</b>
1. Considerações iniciais . . . . .	35
2. Arbitragem e jurisdição . . . . .	43
i. A convenção de arbitragem como reflexo da autonomia das partes . . . . .	45
ii. A relevância da função jurisdicional reconhecida à arbitragem . . . . .	50
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>Os tribunais arbitrais como «<i>verdadeiros tribunais</i>» . . . . .</b>	<b>55</b>
1. Os tribunais como órgãos de soberania. . . . .	55
i. Os tribunais arbitrais como « <i>verdadeiros tribunais</i> ». . . . .	56

ii. Principais diferenças entre os tribunais arbitrais e estaduais . . . . .	59
iii. Tribunais arbitrais e estaduais: relação de rivalidade ou cooperação? . . . . .	62
2. O árbitro: um julgador tão legítimo quanto um juiz? . . . . .	68
i. Princípios constitucionais inerentes à função jurisdicional. . . . .	70
ii. O estatuto do árbitro na LAV . . . . .	73
3. Breves referências à constituição do tribunal arbitral . . . . .	84
i. A definição das regras processuais . . . . .	85
ii. A nomeação dos árbitros . . . . .	86
 <b>CAPÍTULO III</b>	
<b>O dever de revelação . . . . .</b>	<b>93</b>
1. O dever de revelação . . . . .	93
i. Tempo, modo e forma de revelação. . . . .	98
ii. A previsão do dever de revelação na LAV . . . . .	103
iii. O processo de recusa do árbitro. . . . .	112
2. O papel da <i>soft-law</i> na regulação do <i>disclosure</i> . . . . .	126
3. A omissão de revelação . . . . .	140
i. Responsabilidade civil do árbitro . . . . .	143
ii. Mecanismos de reação das partes previstos na LAV . . . . .	148
 <b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>Reflexões finais. . . . .</b>	<b>157</b>
Bibliografia final. . . . .	165
Lista de jurisprudência final . . . . .	175



